



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REFERÊNCIA

O QUE SERÁ CONTRATADO?						
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário	Total
1	Compra de vagas para o "CURSO: RETENÇÕES, EFD-REINF E DCTFWeb – PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS"	21544-9	Vaga	06	R\$ 1.333,33	R\$ 7.999,98
					VALOR GLOBAL	R\$ 7.999,98
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO						
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	As retenções, a EFD-REINF e a DCTFWeb são obrigações acessórias fundamentais para os órgãos públicos, pois visam atender a diversos requisitos legais e tributários. É essencial que a equipe responsável por essas atividades tenha o conhecimento necessário para realizar corretamente o preenchimento, a transmissão e a entrega desses documentos. A contratação do curso "RETENÇÕES, EFD-REINF E DCTFWeb - PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS" visa capacitar esses servidores, de modo que eles possam entender os conceitos e obrigações relacionados, aprender as rotinas e procedimentos necessários, identificar e resolver possíveis erros, além de ficarem atualizados sobre eventuais alterações na legislação. Essa qualificação é importante para evitar multas e penalidades, melhorar os controles internos e a qualidade das informações prestadas aos órgãos fiscalizadores, garantindo o cumprimento correto e tempestivo dessas obrigações acessórias.					
NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO						
NATUREZA	Serviço comum de natureza não continuada.					
HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	☐ Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados de, no mínimo, XX meses, após a sua conclusão. ☒ Não.					

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Lourdes Teresinha Lima Garcez da Costa (Lei 11.419/2006)
EM 28/06/2024 12:41 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 4BF8F510C354842A.B9290D4F6B09E17E.A181613BF63396EF.BCC41642788C593D



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA DE CONTRATAÇÃO	☒ Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, f, da Lei Federal nº 14.133/21. ☐ Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. ☐ Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21. ☐ Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	☒ Menor preço. ☐ Maior desconto.
O orçamento estimado é sigiloso?	☐ Sim. Justificativa: (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação). ☒ Não.
Critério para a proposta ser aceita	A proposta deve apresentar uma solução técnica de alta qualidade, com conteúdo abrangente e ministrada por instituição renomada, capaz de capacitar de forma efetiva a equipe responsável pelas obrigações acessórias de retenções, EFD-REINF e DCTFWeb. Além disso, o custo total de R\$ 6.400,00 para 6 vagas deve ser considerado razoável e compatível com o mercado, sendo um investimento estratégico a longo prazo, pois a capacitação dos servidores reduzirá significativamente os riscos de multas e penalidades, melhorará a qualidade e tempestividade das informações prestadas e trará benefícios adicionais de aprimoramento dos processos internos e fortalecimento dos controles da organização. Portanto, a proposta deve apresentar a melhor relação custo-benefício, atendendo de forma abrangente às necessidades técnicas e institucionais da contratação.
Há itens com Preferência para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte?	☐ Sim. Indicar os itens: (Indicar os itens). ☒ Não.
REQUISITOS DA CONTRATADA	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	☒ Sim. Qual? As contratações inexigíveis, que possuem os fundamentos acima citados, caracterizam-se pela inviabilidade de competição.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

	-Atestado de capacidade técnica Por quê? A notória especialização e o objeto singular para que atendam os requisitos mínimos para a Contratação. ☐ Não.
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	☐ Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. ☐ Registro na entidade profissional competente. ☐ Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos. ☐ Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso. ☒ Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional. ☐ Outro previsto em lei especial. Especificar: (Indicar o requisito e o seu fundamento legal). ☐ Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação. Justificativa:(Justificar o motivoda exigência, indicandoa legislação aplicável, se for o caso). Justificativa:(Justificar o motivo de cada exigência, indicandoa legislação aplicável, se for o caso). Justificativa:(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso). Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso, e indicar o que o atestado deve conter ou comprovar). Justificativa:Instrutores com vasta experiência teórica e prática selecionados entre os melhores do mercado. Justificativa:(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).
Há critério de sustentabilidade?	☐ Sim. Especificar: (Indicar o critério). ☒ Não.
Há riscos a serem assumidos pela contratada?	☐ Sim. Especificar: (Somente é possível definir os riscos se a etapa “análise de risco” tiver sido realizada. Nessa hipótese, os riscos devem ser especificados neste campo). ☒ Não.
Há previsão de vistoria?	☐ Sim. ☒ Não.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
Como o serviço será prestado?	☒ O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço. ☐ O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.
local e hora da prestação do serviço	O local ainda será definido pela empresa em Belém – PA. Período de: Dia 1º: 01/08/2024, horário de 08h as 18h; Dia 2º: 02/08/2024, horário de 08h as 18h;
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
Prazo do contrato	90 dias.
Haverá possibilidade de prorrogação?	☐ Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. ☒ Não.
Forma de pagamento	Meio Ordem bancária.
	Onde? Conta corrente da contratada
	Qual o prazo? Até 15 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
	Prova da regularidade fiscal A regularidade fiscal pode ser provada: 1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
Qual a garantia do contrato?	☐ X% do valor inicial do contrato. Justificativa: (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).
	☒ Não há. Justificativa: Em razão da execução imediata

Belém (PA), 28 de junho de 2024.

Lourdes Terezinha Lima Garcez da Costa
Coordenadora da CGRF